Na família, o chefe é o Pai; na escola, o chefe é o Mestre; no Estado, o chefe é o Governo.

No barulho ninguém se entende; é por isso que na Revolução ninguém se respeita.

A tua Pátria é a mais linda de todas as Pátrias: merece todos os teus sacrifícios.

A vontade de obedecer, única escola para aprender a mandar.

Oliveira Salazar.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Inspecção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas

Decreto n.º 21:015

Considerando a conveniência de auxiliar a regularização dos mercados de aguardentes víquicas, estabelecendo ao mesmo tempo normas que facilitem a garantia de genuinidade das mesmas;

Atendendo ao disposto no artigo 123.º do decreto n.º 20:526, de 6 de Novembro de 1931;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Agricultura:

Hei por bem decretar:

Artigo 1.º Poderão ser criados, com carácter transitório, armazéns para depósitos de aguardentes víquicas, no regime de armazém geral, dependentes da Inspecção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas, nas regiões vitícolas que o solicitem pelas suas associações para efeito de *warrantagem*.

§ único. Quando não estejam organizadas associações poderão estas ser substituídas por comissões de viticultores, compostas de cinco membros, nomeados pelo Ministro da Agricultura.

Art. 2.º Para efeito do disposto no artigo anterior serão utilizados os armazéns que, sem encargo para o Es-

tado, sejam postos à disposição da Inspecção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas e satisfaçam às condições seguintes: possuam depósitos impermeáveis, aéreos, convenientemente limpos, de forma a não comunicar côr e cheiro às aguardentes que recebam e com o espaço e situação convenientes que permita um fácil serviço e garanta devidamente a segurança do pessoal e da mercadoria.

Art. 3.º Cada armazém terá o seu fiel, destacado da sede, que quando nêlo tenha de permanecer, por ordem superior, vencerá a ajuda de custo legal. O serviço de limpeza, baldeação e tráfego será executado por pessoal dos interessados.

Art. 4.º A admissão das aguardentes fica dependente da análise comprovando que a mesma satisfaz às características e condições impostas pelo decreto n.º 20:837, de 29 de Janeiro de 1932. No restante regularão as disposições do regulamento aprovado pelo decreto n.º 10:837, de 8 de Junho de 1925, na parte aplicável.

Art. 5.º A colheita de amostras nos armazéns dos interessados e a análise respectiva serão efectuadas pela estação viti-vinicola da respectiva zona ou pela delegação da Inspecção Técnica mais próxima. O vasilhame ficará selado e levantar-se-ão os competentes autos.

Art. 6.º A aguardente aprovada será transportada aos armazéns com a assistência de um funcionário da estação viti-vinicola ou da delegação da Inspecção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas da respectiva zona, que levantará e aporá os selos precisos, lavrando os autos respectivos.

§ único. É condição indispensável para admissão das aguardentes nos armazéns criados por este decreto a apresentação de permissão de entrada passada pelas associações ou comissões a que se refere o artigo 1.º e seu § único.

Art. 7.º As estações viti-vícolas cederão os serventes precisos para o movimento geral do armazém pelos dias indispensáveis.

Art. 8.º A Inspecção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas proporá as tarifas de armazenagem de harmonia com as condições locais.

Art. 9.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

O Ministro da Agricultura assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 21 de Março de 1932.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Henrique Linhares de Lima.*